



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679878 - ES (2021/0218155-9)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : ISRAEL BLUNCK SILVEIRA FERRAREZI  
**ADVOGADO** : ISRAEL BLUNCK SILVEIRA FERRAREZI - ES015886  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : ELCY CRUZ LUCAS  
**CORRÉU** : GIOVANI BATISTA RIBEIRO  
**CORRÉU** : PAULO ROBERTO SANTOS SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELCY CRUZ LUCAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, nos autos da Apelação n. 0000956-57.2018.8.08.0011.

O paciente foi denunciado e condenado, pelo crime descrito no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, à pena de 6 anos, 8 meses de reclusão em regime inicial semiaberto.

O impetrante alega violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, haja vista não ter sido comunicado pela sua defesa do acórdão condenatório e, por conseguinte, não pode exercer, em sua plenitude, o direito de defesa. Sustenta ainda violação quanto à dosimetria da pena, uma vez que esta não poderia ter sido superior a 6 anos no caso concreto.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, o direito de aguardar o julgamento do mérito em liberdade e anulação do processo desde a sentença condenatória em virtude do prejuízo sofrido pelo paciente quanto à sua defesa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ademais, o acórdão recorrido, da 2ª Câmara Criminal, confirmou a sentença de primeiro grau nos seguintes termos (fls. 10-11):

Dito isso, a meu ver, não há qualquer dúvida quanto o acerto da sentença condenatória na condenação dos acusados quanto ao crimes previsto no art. 157, §2º, I e II do Código Penal.

Em razão do princípio da ampla devolutividade inerente às apelações criminais, observo que a dosimetria do crime foi realizada de forma bem adequada, ressaltando que o Magistrado a quo se ateve ao dever de motivação concreta e de individualização da reprimenda, existindo respaldo para o entendimento de que, diante de múltiplas majorantes no crime de roubo, parte delas impactem na primeira fase da dosimetria e parte na terceira fase, conforme demonstrado na sentença através do precedente: STJ AgRg no REsp 1551168/AL.

Quanto ao regime inicial de cumprimento das reclusões, a quantidade de pena ora fixada indica o cabimento do regime semiaberto (art. 33, § 2º, b do CP) para todos os acusados.

Noutro giro, no que tange à detração do tempo de prisão provisória e ao regime inicial de cumprimento de pena, verifico que o tempo de prisão provisória dos acusados não será capaz de alterar o regime inicial de cumprimento de pena (art. 387, §2º, CPP).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente